



**somos
plurais**

somos plurais

um convite a práticas cotidianas
de inclusão em instituições culturais
e organizações do terceiro setor

alana 

 ItaúCultural

projeto editorial

Itaú Cultural
e **Instituto Alana**

coordenação **Carlos Costa**

com a colaboração de **Fernanda Peixoto Miranda** e **Laura Leal**

conteúdo e edição **Tatiana Diniz** (terceirizada)

grupo de pesquisa **Ana de Fátima Sousa, Fernanda Ferreira Santos,**

Tayná Menezes e **Valéria Toloí** (Itaú Cultural) e **Carolina Pasquali,**

Fernanda Peixoto Miranda, Isabel Rodrigues, Laura Leal

e **William Luz** (Instituto Alana)

projeto gráfico e diagramação **Guilherme Ferreira**

com a colaboração de **William Luz**

ilustrações **Partes (Paloma Barbosa)** (terceirizada)

produção editorial **Pamela Rocha Camargo**

supervisão de revisão **Polyana Lima**

revisão **Rachel Reis** (terceirizada)

consultoria de acessibilidade **Mais Diferenças** (terceirizada)

sumário

capítulo

1

um convite a práticas cotidianas de inclusão 6

A acessibilidade e sua importância 8

A parceria entre Instituto Alana e Itaú Cultural 14

Linha do tempo: a acessibilidade no Brasil 18

capítulo

2

um desafio a eliminar 28

O círculo vicioso e a invisibilidade 30

Vivências e práticas de inclusão 31

A grande barreira da atitude 36

Por onde começar 43

capítulo

3

caminho de soluções 48

Da natureza e dos custos 50

O lugar no orçamento 52

O esforço institucional 55

A relevância da área de recursos humanos 61

capítulo

4

***checklist* de boas práticas 65**

capítulo

5

conclusão 76

capítulo

6

agradecimentos 82

1

**um convite
a práticas
cotidianas
de inclusão**



A acessibilidade e sua importância

Acesso. Entre as muitas definições dessa palavra na língua portuguesa está a **“possibilidade de chegar a; aproximação, avizinhação, chegada”**.

Já o termo *acessibilidade*, popularizado nas últimas décadas para destacar o direito de participação de pessoas com deficiência, diz respeito à adoção de **“medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural”**, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Acessibilidade significa garantir que a diversidade humana seja contemplada na ocupação dos espaços públicos, na garantia de direitos, no

acesso a cultura, lazer, saúde, educação. São mecanismos de tecnologia, reestruturação de ambientes, ferramentas de comunicação que favoreçam a participação de uma população que possui necessidades específicas para usar espaços e informações. É dar acesso. É transpor barreiras entre uma pessoa e o ambiente”, define Adriana Godoy, cantora profissional e professora de musicalização que se tornou ativista da causa da pessoa com deficiência quando seu filho, hoje com 17 anos, foi diagnosticado com autismo.

A partir da identificação e da eliminação de barreiras, busca-se ampliar o acesso de uma significativa parcela da população a espaços, serviços, informações, vivências e bens culturais que, embora lhe sejam de direito, ainda enfrentam práticas de exclusão antigas.

Dados do Censo 2010 revelaram que mais de 45,6 milhões de brasileiros (ou aproximadamente 24% da população) declararam ter algum grau de dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou, ainda, possuir deficiência intelectual.

A ausência de acesso gera um vazio não só real, mas também simbólico, naturalizando a ausência

das pessoas com deficiência, o que produz e preserva ambientes e situações em que a presença delas é restrita ou até mesmo inexistente. Para Daina Leyton, que coordenou o setor educativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), acessibilidade é garantir acesso em todos os níveis e etapas de qualquer iniciativa, de modo que favoreça a participação efetiva de todas as pessoas: **“A acessibilidade deve pensar formas de ressignificar o modo como as coisas estão apresentadas. Parece bastante romântico, mas várias mudanças de grande impacto vão acontecendo nesse processo”**.

Esta publicação nasce do reconhecimento da existência de diversas barreiras que dificultam o direito à acessibilidade e de uma sincera busca por caminhos que levem à eliminação delas. O esforço coletivo foi de mapear reflexões, iniciativas e práticas, explorando a diversidade presente nas trajetórias de diferentes agentes de transformação que interagem e atuam nesse território desafiador.

Buscou-se compreender a natureza do desafio considerando suas variantes distintas, da atitudinal à orçamentária, passando pela complexidade das dinâmicas cotidianas. A partir de uma série de diálogos realizados ao longo do primeiro semestre de

2020 – inicialmente de modo presencial na sede do Instituto Alana, na cidade de São Paulo, e em seguida virtualmente, devido ao isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus –, somam-se entendimentos e criam-se questionamentos conjuntos.

Os participantes desses encontros foram essenciais na construção e na elaboração das reflexões que serão apresentadas ao longo destas páginas. Nos diálogos, fez-se clara a noção de que, independentemente do histórico de práticas orientadas para a acessibilidade e da familiaridade com a temática, são compartilhadas a sensação de aprendizado e a noção de que, entre erros e acertos, apenas começou-se a dar os primeiros passos rumo à efetivação do direito à inclusão plena e total.

Problemas e barreiras que prejudicam o alinhamento com o direito de acesso irrestrito revelam-se em relatos, falas e memórias. Ecoa ao longo de décadas um desequilíbrio entre a idealização de quem pensa “soluções” de acessibilidade e a experiência de quem “vive” acessibilidade como necessidade real em seu dia a dia.

A fim de contribuir nesse debate e estimular a consolidação de boas práticas, esta publicação também é, por si, uma trilha de aprendizado. Busca ampliar a conversa apresentada em ***Um caminho para a comunicação acessível*** (2019), publicação do Instituto Alana que reúne aprendizados na construção de conteúdos acessíveis.

link:

Baixe a publicação *Um caminho para a comunicação acessível*.

Nesta nova jornada, em parceria com o Itaú Cultural (IC), abordam-se, além da comunicação, o acesso à cultura e a questão da presença, da produção e do protagonismo de pessoas com deficiência nas instituições e nos equipamentos culturais.

Soma-se ainda a reflexão sobre acessibilidade nas organizações do terceiro setor, igualmente importantes na consolidação de uma perspectiva que impulsiona mudanças, elimine barreiras e garanta acesso e participação das pessoas com deficiência em igualdade com os demais. Também revisitam-se aspectos da comunicação que devem ser sempre aprimorados.

Nasce dessa noção o papel central das instituições culturais e das organizações do terceiro setor em não apenas fomentar a acessibilidade como direito e prática, mas também igualmente liderar a disseminação de uma cultura de inclusão e de ampliação da presença de pessoas com deficiência, considerando e garantindo sua participação tanto como público quanto como artistas, autores e profissionais do setor cultural e do terceiro setor de modo mais eficaz.

O convite é para que avancemos.

Esta publicação também nasce da demanda criada pelas escolas inclusivas, que fazem com que as pessoas com deficiência frequentem mais e mais todos os espaços. Seguiremos provocando os atores da sociedade a estar sempre preparados para recebê-las. Por uma escola e uma sociedade inclusivas, sempre.

A parceria entre Instituto Alana e Itaú Cultural

Ao longo dos últimos anos, o Instituto Alana e o Itaú Cultural percorreram trajetórias paralelas na construção de práticas que contribuem para o respeito e a efetivação do direito à acessibilidade.

Tendo como ponto de partida a inexperiência – tanto na participação de pessoas com deficiência como público quanto na presença delas entre seus colaboradores –, ambas as instituições experimentaram uma crescente sensibilização sobre o direito à acessibilidade, o que permitiu desde a colaboração dessas pessoas em suas equipes até a adoção de uma comunicação mais acessível, entre outras ações.

“Começamos a aprimorar nossas atividades para as questões relacionadas à inclusão em 2013. Desde então, lançamos pesquisas importantes, como um levantamento sobre a percepção dos brasileiros

em relação à educação inclusiva, falamos desse tema em filmes que estão disponíveis na plataforma Videocamp etc. Essa jornada também se refletiu nas nossas práticas de comunicação. Em 2019, consideramos que o caminho percorrido até ali poderia ser compartilhado, útil para outras organizações. Lançamos então a publicação Um caminho para a comunicação acessível, que conta um pouco dessas descobertas. Em 2020, junto com o Itaú Cultural, entendemos que havia espaço para ampliar esse quadro e pensar também nas instituições culturais”, comenta Carolina Pasquali, diretora-executiva do Instituto Alana.

links:

- **Baixe a pesquisa *O que a população brasileira pensa sobre educação inclusiva.***
- **Saiba mais sobre a plataforma Videocamp.**
- **Baixe a publicação *Um caminho para a comunicação acessível.***

“Começamos a olhar para a acessibilidade em 2012, ainda sem a presença de pessoas com deficiência como parte do nosso público. Iniciamos contratando um educador surdo e fazendo videoguias. E ninguém ia”, lembra Valéria Toloí, gerente de educação e relacionamento do Itaú Cultural.

“Hoje, oito anos depois, temos uma programação 100% acessível em Libras [Língua Brasileira de Sinais], temos ações dedicadas por e para pessoas com deficiência e oferecemos, pelo menos uma vez por mês, audiodescrição [recurso que traduz imagens em palavras, permitindo que pessoas cegas ou com baixa visão compreendam conteúdos audiovisuais ou imagens estáticas – por exemplo, filmes, fotografias e peças de teatro –, e ainda beneficia idosos]. Também fazemos uma formação em Libras, além da sensibilização dos colaboradores”, diz Valéria.

Para ela, o caminho até a mudança é longo, não apenas em relação ao público, mas também à estruturação e ao fortalecimento de novos valores institucionais. **“Entendi logo que ou todo mundo comprava essa ideia ou ela não funcionava. Não adianta ser a acessibilidade do educativo, é preciso ser a acessibilidade da instituição”,** ressalta.

No percorrer desse caminho, transformação é a palavra que melhor define a vivência comum aos dois institutos. E, para que se siga em transformação, é preciso estimular o conhecimento e a conscientização que levam a mudanças mais profundas de atitude. Esta publicação foi construída a

partir de um esforço coletivo, tanto nosso quanto de outras organizações e de ativistas da inclusão. Nossa esperança é que, juntos, possamos semear motivação e multiplicar boas práticas.

Linha do tempo: a acessibilidade no Brasil

Os avanços nas leis e nos planos nacionais relacionados aos direitos das pessoas com deficiência são fruto de um longo processo histórico protagonizado pelo movimento de pessoas com deficiência e diferentes setores da sociedade que se mobilizam em torno dessa discussão. Para melhor compreensão das mudanças experimentadas no país, especialmente a partir da segunda metade do século XX, esta seção traz os principais marcos desse período.





Primeira metade do século XX

Ter uma deficiência significa possuir uma limitação intelectual, sensorial ou física, a ser tratada para fins de adaptação e organização social. A concepção é assistencialista e segregadora, sem valorização da garantia de direitos.



Fins do século XX

Com a pressão dos movimentos de pessoas com deficiência, a exclusão começa a ser entendida como algo gerado pela sociedade. A deficiência passa a ser compreendida como característica humana, que não deve impedir o convívio social ou a participação efetiva em qualquer meio.



1986

É criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (Corde), que faz parte do Ministério da Justiça.



1988

A Constituição estabelece os direitos de todos os cidadãos brasileiros. O artigo 23, inciso II, determina que é competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e da garantia de direitos das pessoas com deficiência.

link:

[Confira o artigo 23 da Constituição Federal.](#)

1991

A Lei de Cotas (**art. 93 da Lei nº 8.213/91**) estabelece que empresas com cem ou mais empregados devem ter cargos ocupados por pessoas com deficiência.

link:

Confira o artigo 93 da Lei nº 8.213/91.



1999

É criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), atualmente parte da estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos, importante instância de participação e controle social para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de políticas que garantam a inclusão das pessoas com deficiência em todos os âmbitos.



Século XXI

2000

A Lei da Acessibilidade (**Lei nº 10.098**) estabelece as normas gerais e os critérios básicos para garantir o direito de acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

link:

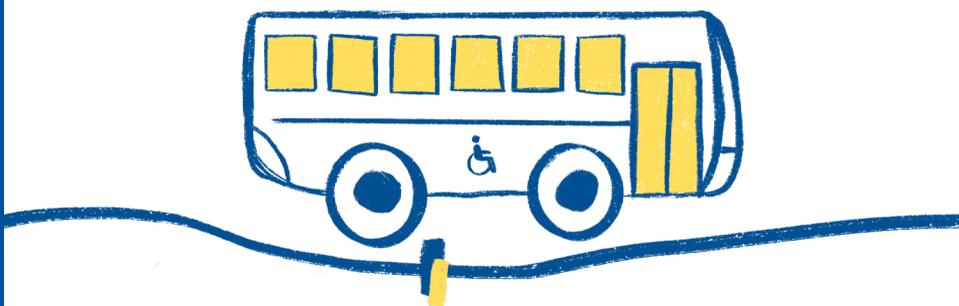
[Confira a Lei da Acessibilidade na íntegra.](#)

2002

A **Lei nº 10.436** reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados como meio legal de comunicação e expressão.

link:

[Confira a Lei nº 10.436 na íntegra.](#)



2006

O Brasil assina a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), primeiro tratado de Direitos Humanos do século XXI e que no Brasil tem status constitucional. Os princípios da Convenção são a autonomia, liberdade para fazer as próprias escolhas, não discriminação, participação, inclusão social e respeito pelas diferenças.



Após a Convenção da ONU

Reforça-se a noção de que a liberdade de expressão não é aplicada sem as tecnologias de comunicação e informação acessíveis, assim como a de que não há acesso ao mercado de trabalho sem respeito às diferenças e acessibilidade no transporte e nas acomodações. O direito à participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte é mencionado no artigo 30 da Convenção.

link:

[Confira a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na íntegra.](#)

2008

É lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

link:

Confira a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na íntegra.



2010

É criado o **Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência**, que promove ideais de inclusão, como o empoderamento dos indivíduos e sua independência, considerando fatores socioeconômicos, culturais, familiares e individuais. O plano não teve prosseguimento.



2010

O Plano Nacional de Cultura (PNC), criado pela **Lei nº 12.343**, prevê a inclusão de todos os atores sociais para que seja atingido um conjunto de metas que firmam ***“a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito à cidadania; a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico”***.

A Meta 29 do PNC trata especificamente da acessibilidade na cultura, determinando que 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais devem atender aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolver ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, garantindo acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades.

link:

[Confira o Plano Nacional de Cultura na íntegra.](#)



2016

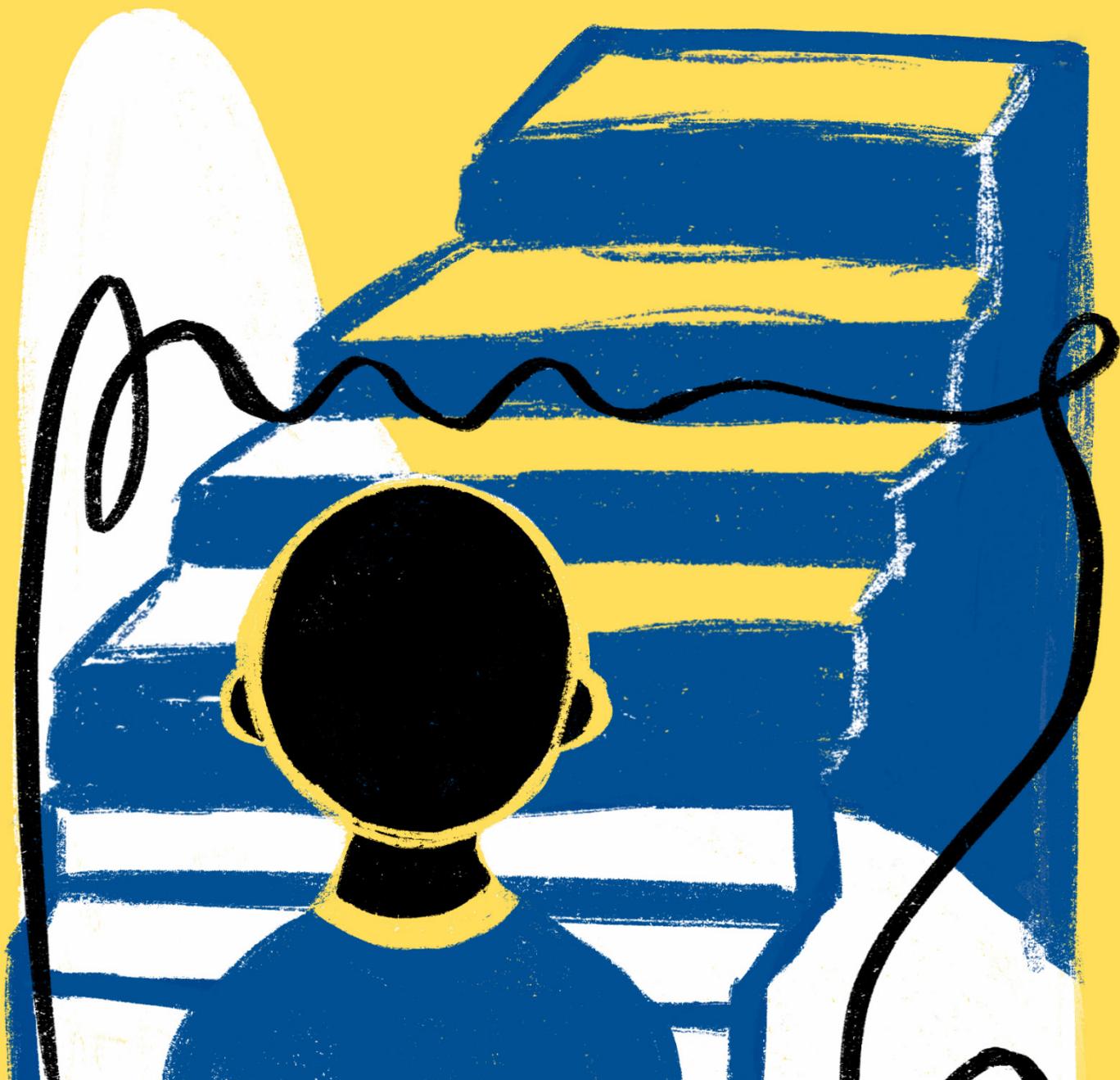
Entra em vigor no país a Lei Brasileira de Inclusão, a LBI (**Lei nº 13.146/2015**), que assegura e promove o exercício dos direitos e das liberdades das pessoas com deficiência, visando à inclusão e à cidadania em condições de igualdade e reafirmando a autonomia e a capacidade desses cidadãos.

link:

[Confira a Lei Brasileira de Inclusão na íntegra.](#)

2

**um desafio
a eliminar**



O círculo vicioso e a invisibilidade

Recursos de acessibilidade inexistentes. Ambientes fisicamente inadequados. Alternativas de programação reduzidas. Atmosferas não acolhedoras. Projetos pensados sem o envolvimento direto de pessoas com deficiência. Atitudes excludentes.

Em camadas diversas, persistem os problemas que dificultam as oportunidades em perspectiva de equidade. A eles somam-se o não cumprimento da lei e a falta de conscientização e de familiaridade no contato, o que faz com que pessoas sem deficiência não reflitam e tampouco atuem nos temas da inclusão e da acessibilidade. Esses aspectos são consequências diretas de políticas públicas inexistentes e de ações esparsas e assistencialistas, que por muitos anos perpetuaram a segregação no país.

Nesse círculo vicioso, repetem-se o modelo que exclui e a ausência de participação que ele gera, resultados de uma construção social completamente imprópria.

Vivências e práticas de inclusão

Quando, em 2019, o longa-metragem *Bacurau* chegou às salas de cinema do país, o designer Guilherme Ferreira estava ansioso para conferir a novidade. **“Quis muito assistir por causa da divulgação que fizeram do filme, mas nunca encontrei uma exibição legendada. A única de que soube aconteceu quando eu não podia ir, então continuei sem acesso. Estou esperando até hoje que saia em DVD, porque talvez traga o recurso de acessibilidade”**, relata.

Surdo de nascença, Guilherme integra a equipe de comunicação do Itaú Cultural, onde começou a trabalhar há sete anos, atuando como educador para depois assumir a função de designer. Bilíngue, tem por língua-mãe a Libras e a língua portuguesa como segundo idioma. **“Filmes nacionais também precisam ser legendados e a janela em Libras deve ser igualmente usada, pois haverá surdos usuários da língua de sinais e surdos que usam a língua portuguesa”**, lembra. O cuidado, embora claramente

necessário, costuma ser esquecido nas produções culturais.

“Lembro de uma grande mostra que chegou à cidade com muitos vídeos de depoimentos em português. Nenhum tinha legenda. Apenas as falas em língua estrangeira foram traduzidas. Então penso muito também no fato de o status linguístico da língua de sinais nem sempre ser igualado ao dos outros idiomas”, ressalta o designer.

No Itaú Cultural, as sugestões de Guilherme têm sido fundamentais para otimizar o acesso comunicacional.

“Quando ingressei para atuar como educador, notei algumas questões relacionadas à comunicação visual, como quando lá dizia que a entrada era ‘franca’. E, por mais que eu soubesse que franca se referia à gratuidade do ingresso ou do acesso a uma exposição ou um espetáculo, aquilo não era voltado para a comunicação com a comunidade surda, que nem sempre tem um vocabulário tão extenso para entender que franco também significa gratuito. Então, muitas questões envolvem o tipo de linguajar que é utilizado”, acrescenta.

Além disso, falham aspectos relativos à consideração da subjetividade da pessoa com deficiência. **“Gosto de repetir que a audiodescrição substitui meu olho, não meu cérebro”**, observa Edgard Jacques, ator e consultor em audiodescrição. Com baixa visão desde os 3 anos, Jacques já prestou consultoria para cerca de 600 filmes, passando por séries de TV e internet, bem como por espetáculos de teatro e exposições fotográficas e de escultura.

Para ele, é fundamental ao audiodescritor considerar tanto a obra quanto a inteligência da pessoa que está recebendo o recurso para acessá-la. **“Tem que ser diferente de explicação. A audiodescrição é uma ponte que se estabelece entre a imagem audiovisual e a pessoa que a está recebendo”**, comenta o profissional.

“Imagine que vamos audiodescrever um quadro para cem cegos e que, por um milagre, as cem pessoas passem a enxergar. Cada uma dessas cem pessoas terá imaginado um quadro diferente, por mais experientes que sejam o audiodescritor ou o consultor em audiodescrição. E isso é maravilhoso, é muito rico. É respeitar a inteligência e a subjetividade de cada pessoa que está recebendo a experiência”, ilustra.

Ficar em pé para fazer uma atividade era uma das interações sugeridas em uma exposição que o estudante de jornalismo e ex-estagiário do Instituto Alana Raphael Preto Pereira visitou em um museu na cidade de São Paulo. Cadeirante, ele viu sua experiência imediatamente limitada pelas propostas. **“Tive algumas experiências negativas”**, conta ao lembrar daquela primeira visita ao museu. Alguns anos depois, resolveu dar uma segunda chance à instituição: **“Voltei lá em 2017 e percebi que houvera um grande avanço”**, afirma.

Pereira destaca a responsabilidade das grandes instituições em estarem orientadas para o direito à acessibilidade e, dessa forma, não apenas estimularem, mas também cobrarem práticas de inclusão de toda a cadeia produtiva. **“Acho que precisamos de conscientização, sim, mas os grandes exibidores (teatros, redes de cinema e complexos culturais) contam com uma margem de negociação alta para, na medida do possível, induzir os produtores a se preocuparem com isso”**, observa.

Além disso, é urgente o questionamento do lugar dedicado à pessoa com deficiência em relação ao protagonismo no fazer cultural. **“A primeira vez que**

vi um palco com elevador foi na Unibes Cultural. Fiquei pensando no tamanho da importância que isso tem, de entender que a pessoa com deficiência pode não só ser espectadora, mas também protagonista”, comenta o estudante de jornalismo.

A grande barreira da atitude

Raphael Preto Pereira nunca se esqueceu da noite em que assistiu a uma montagem do espetáculo *Valsa Nº 6*, de Nelson Rodrigues, em um espaço de teatro alternativo na capital paulista. Lá, mesmo tendo que subir escadas, recorda-se de haver se sentido plenamente acolhido. **“Naquele dia, descobri que a gestora do espaço é filha de uma mulher com deficiência, mas não conseguia fazer as adaptações necessárias porque o local era alugado, e o dono não permitia”**, relata.

Raphael afirma que, para ele, ter uma atitude sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações é o principal componente do acesso à cultura e à informação. **“Acho que a acessibilidade física ou utilitária só tem sentido quando falamos também em comunicação e cultura inclusivas”**, diz. De fato, apenas adaptar a estrutura física ou até mesmo criá-la eliminando os obstáculos à mobilidade não basta. **“Recentemente acompanhei na TV o caso de uma cadeirante que precisou de autorização**

da Justiça para que o porteiro do condomínio a ajudasse no deslocamento. Também vi uma pessoa reclamar de um banheiro acessível no hall de um edifício residencial que, na opinião dela, deveria ser removido. Ou seja, também a cultura atitudinal precisa ser questionada”, ressalta Raphael.

Seguindo esse raciocínio, Reinaldo Ferraz, especialista em Desenvolvimento Web do Ceweb.br/NIC.br, lembra que acessibilidade não é só uma questão técnica, mas também humana. ***“Acredito que há duas grandes dificuldades enfrentadas para a construção de caminhos mais acessíveis. A primeira é a falta de conhecimento. Não é raro eu encontrar alguém que diz que nunca ouviu falar sobre esse tema. O segundo e principal fator é a falta de empatia. Às vezes, por mais que a pessoa tenha conhecimento, ela inventa qualquer desculpa, como prazo apertado e falta de orçamento, para que a acessibilidade não seja contemplada. E a gente sabe que é possível, independentemente do cenário.”***

Na Japan House São Paulo, a busca pela eliminação de barreiras atitudinais se fundiu ao princípio incluído na expressão japonesa ***omotenashi***, que pode ser traduzida como “hospitalidade, servir, tratar bem”.

“Pensamos em como vamos oferecer a experiência de recebimento a todos, dando atenção também às necessidades das pessoas com deficiência”, diz a supervisora de mediação cultural Hiromi Saito.

“A acessibilidade total não é tão simples, é algo extremamente complexo. Mas acreditamos que melhor bem-feito do que perfeito, ou seja, melhor fazer do que ficar esperando”, observa Saito. **“A sensibilização tem que começar muito do zero, pois não são todos que convivem com pessoas com deficiência e, por isso, muitos acabam não tendo muita referência”,** acrescenta, destacando que a aposta na acessibilidade atitudinal foi um dos grandes acertos da casa. Nesse contexto, é fundamental reafirmar que essa falta de referência é também consequência das políticas públicas que perpetuaram a segregação e a exclusão de pessoas com deficiência no país nas últimas décadas.

Em algumas instituições, as equipes tiveram que ser ágeis e simplesmente responder, da melhor maneira, à visitação espontânea de pessoas com deficiência. **“Lá em 2002, tudo começou com surdos vindo visitar o MAM e nós não entendendo nada. Nem eles. Os educadores do museu não tinham formação nenhuma em língua de sinais, por isso começamos**

a formar educadores surdos em Libras. Foi quando percebemos com mais clareza que aquilo não era uma experiência escolar, e sim um direito. À época, as instituições culturais não tinham educadores surdos ou mesmo ouvintes fluentes em Libras”, relembra Daina Leyton, que coordenou o educativo do MAM.

A supervisora de educação Janis Clémen vivenciou os anos anteriores aos programas de acessibilidade quando trabalhava no Instituto Moreira Salles do Rio de Janeiro (IMS Rio). ***“Bastava uma pessoa com deficiência chegar para que todos se vissem no susto de lidar com um corpo que antes não estava lá”***, lembra.

Foi a visita de uma professora cega que disparou o processo de sensibilização pedindo uma solução imediata. ***“Ela chegou à recepção e perguntou o que podia ser mostrado a ela. Não tínhamos muito, mas mostramos as pranchas táteis, e um colaborador se disponibilizou a fazer uma caminhada com ela conversando”***, relata Clémen, que, anos depois, se uniu à equipe do IMS São Paulo já com a missão de pensar a acessibilidade no novo instituto.

“Para que a inclusão aconteça, é fundamental não pensar apenas o externo. É preciso pensar internamente para que a equipe possa dar conta de atender. Não só o programa educativo, mas o museu como um todo”, explica Margarete de Oliveira, educadora da Pinacoteca de São Paulo, onde o Programa de Consciência Funcional reforça o conceito de inclusão às equipes de todas as áreas.

“Juntando-se ao programa inclusivo e participando de treinamentos e sensibilização, os profissionais são capacitados”, conta Oliveira. De acordo com ela, entre 2002 e 2020 a Pinacoteca conseguiu desenvolver, pouco a pouco, uma metodologia consistente para atender o público com deficiência. ***“Com erros e acertos. A gente aprende com os erros também. Tudo isso só é possível de acontecer porque temos no museu uma política institucional inclusiva, abraçada também pela diretoria e pelo RH”***, ensina.

Tão importante quanto a questão atitudinal é oferecer, sempre que possível, diversas opções de equipamentos e recursos acessíveis, uma vez que tais alternativas certamente irão atender às necessidades de diferentes públicos, tenham ou não deficiência.

“Sou consumidora de arte nos mais diversos formatos e costumo pensar na acessibilidade com a noção de que é como uma torneira: se você precisa, você abre. Se você não precisa, você fecha. Às vezes, existe a tal da acessibilidade só para dizer que tem. Vejo muita gente se aproveitando dos recursos tecnológicos e oferecendo apenas uma alternativa de acessibilidade quando a gente sabe que, no melhor dos mundos, deveriam existir várias alternativas”, comenta Lara Souto, que nasceu com baixa visão e é consultora e professora da rede pública de ensino de São Paulo.

Para ela, o ponto é abrir o leque: ***“Pensando, por exemplo, na comunicação, acessibilidade vai ser algo mais voltado para o quadrinho para um autista; para mim, letra ampliada; para um cego, braile; e, para alguém com deficiência física, algo como um tablet que considere o movimento de pinça reduzido. Todos esses são conhecimentos técnicos que a gente sabe que existem, que a gente pesquisa na internet e encontra. E, ainda assim, tenho a impressão de que falta. Falta em relação à tal diversidade que as pessoas dizem ser tão bonita”***, afirma.

Assim como o estudante Raphael Preto Pereira, a consultora e professora considera que a eliminação de barreiras atitudinais é fator determinante para termos uma sociedade inclusiva.

“Há um abismo entre a teoria e a prática, que precisa ser superado. De que adianta ter todos os recursos se o funcionário que recebe a pessoa no local a trata de maneira hostil ou a infantiliza? Se alguém da equipe fala com o acompanhante da pessoa com deficiência, e não com ela? A sensação de que esse lugar não é para nós está sempre ali. Quando é que a sociedade vai ser nosso lugar de verdade?”, questiona a professora.

“O direito da pessoa com deficiência é de escolha e participação, como está definido na lei. Mas a barreira atitudinal ainda é uma questão muito arraigada, ainda é um nó”, observa Viviane Panelli Sarraf, pesquisadora, fundadora e consultora da Museus Acessíveis.

Por onde começar

A partir da compreensão de que a atitude interfere no direito à acessibilidade, propomos nesta seção alguns exercícios cotidianos de desconstrução de barreiras voltados especificamente para o contato inicial com as pessoas com deficiência. As sugestões a seguir foram colocadas de modo a garantir a organização das informações apresentadas. No entanto, como comenta o ator e consultor Edgard Jacques, **“Você pode conhecer uma pessoa cega, mas não conhece a cegueira. A cegueira pode ser um monte de coisa”**. Ou seja, é imprescindível considerar as singularidades e as especificidades de cada um, inclusive de pessoas com a mesma deficiência. A ideia é estimular a adoção de condutas simples e individuais que, somadas aos esforços institucionais, facilitem o fortalecimento de uma cultura da acessibilidade.



No contato com todas as pessoas com deficiência

- Evite um comportamento superprotetor e ajude apenas se necessário ou solicitado.
- Caso sua ajuda seja dispensada, respeite a escolha da pessoa.
- Fale diretamente com a pessoa com deficiência, e não com o acompanhante dela.



No contato com pessoas em cadeiras de rodas, usuários de muletas e pessoas com mobilidade reduzida

- Só toque na cadeira de rodas ou nas muletas com autorização.
- Para descer rampas ou degraus, vire a cadeira de costas, evitando que a pessoa caia para a frente.
- Caso venha a segurar as muletas, lembre de deixá-las perto das mãos do dono.
- Ao acompanhar alguém de muletas ou com mobilidade reduzida, caminhe na mesma velocidade que a pessoa.

No contato com pessoas cegas ou com baixa visão

- Ao guiar uma pessoa cega, não a segure pelo braço. Deixe que ela se apoie em seu cotovelo ou em seu ombro.
- Alerta sobre dificuldades no caminho, como meios-fios ou degraus. As ações e os cenários podem ser descritos, evitando-se o uso de orientações como “O degrau está ali” ou “Vamos para lá”.
- Ao levar a pessoa até uma cadeira, direcione a mão dela para o encosto.
- Em locais estreitos como corredores, posicione seu braço para trás, para que a pessoa o siga.
- Avise ao se distanciar.





No contato com surdos ou pessoas com deficiência auditiva

- Comunique-se de frente, falando de forma normal, a fim de facilitar a leitura labial; evite cobrir a boca com as mãos.
- Se necessário, pergunte se a pessoa gostaria de escrever o que deseja comunicar.

No contato com pessoas com deficiência intelectual

- Trate adultos como adultos e crianças como crianças.
- Não subestime a inteligência nem as habilidades da pessoa.

3

**caminho de
soluções**



Da natureza e dos custos

Mudanças estruturais, que dependem essencialmente da existência de políticas públicas adequadas, são pontos de partida em um projeto de sociedade verdadeiramente inclusivo e capaz de assegurar os direitos das pessoas com deficiência. Além disso, a sensibilização e a conscientização são necessárias para reconhecer, criticar e enfrentar a estrutura opressora que impede que as pessoas com deficiência estejam na sociedade em igualdade de condições.

O momento atual pede o reconhecimento e a superação de barreiras que impeçam a igualdade de acesso a oportunidades e a bens culturais. Porém, nas instituições e nas organizações, conseguir encaixar essa meta nas planilhas de orçamento ainda costuma ser um desafio a enfrentar.

Antes de partir para as contas, vale sempre lembrar da transformação atitudinal como fator crucial para o fortalecimento de uma cultura da acessibilidade, tal como apresentado no capítulo anterior. Em primeiro

lugar, é preciso ajustar a percepção em relação à presença e à participação de pessoas com deficiência, adotando uma perspectiva de equidade. Ou seja, é necessário perseguir a equidade de acesso a todos os ambientes e a todas as oportunidades.

Transformada a percepção, as atitudes podem passar a ser, na prática, de colaboração para a eliminação de barreiras. Portanto, o foco é na mudança atitudinal, e adotar novos modos de agir é algo que não tem custo. Depende de um exercício contínuo de reconstrução que requer atenção e orientação genuínas, tanto individualmente quanto institucionalmente, para a garantia e o respeito de direitos assegurados por lei.

A mudança de percepção para o fortalecimento de uma cultura da acessibilidade também leva a modificações definitivas na maneira de gerir projetos e na consideração do lugar da acessibilidade na planilha de orçamento. Isso porque a preocupação com as ações de inclusão precisa ser considerada um procedimento básico, e não algo opcional. Além disso, é preciso compreender que a busca pela transformação não deve partir somente das pessoas com deficiência; ela diz respeito a toda a sociedade.

O lugar no orçamento

Os investimentos em adequações e produção de recursos que possam garantir a presença, o acesso e a participação das pessoas com deficiência devem ser considerados já no início do planejamento de qualquer evento ou produto, seja uma publicação, seja uma palestra ou uma apresentação cultural. Pensar em acessibilidade desde o ponto de partida interfere em várias decisões – por exemplo, em que local se realizará um evento.

Por isso, a acessibilidade não pode ser pensada apenas como cumprimento da lei ao final do processo. Vale lembrar também que não basta desenvolver determinado evento ou produto acessível sem garantir acessibilidade na divulgação e nos materiais de apoio: tudo isso precisa ser acessível de maneira integrada.

A noção equivocada de que acessibilidade é um custo extra ou um item de pós-produção leva ao hábito, comum e arriscado, de apenas implementá-la quando sobram recursos financeiros, o que geralmente prejudica a qualidade do que é oferecido.

De fato, tal e qual são pré-orçados itens como projeto gráfico e iluminação, também a acessibilidade é um item indispensável e seus custos devem ser levados em consideração de forma consistente, esforçada e cuidadosa, evitando ao máximo adaptações improvisadas e atrasadas, que costumam gerar mais gastos e ser menos eficazes.

É importante reconhecer as diferentes realidades das instituições e das organizações e os diversos impedimentos orçamentários enfrentados em cada uma dessas realidades. Ainda assim, o comprometimento com o direito à acessibilidade é algo que não precisa variar conforme restrições de orçamento, convidando a adaptações e à busca por alternativas que garantam o respeito constante a esse direito.

Há ações que não geram custos extras – por exemplo, incluir descrição de imagens nas redes sociais e nos *sites* e adotar um olhar cuidadoso para o design, levando em consideração elementos simples como a atenção ao contraste.

Nesse caminho, a formação de parcerias é uma alternativa interessante, por representar uma soma de forças em que se estabelecem relações de troca.

Entram aqui como potenciais parceiros aqueles que já realizam trabalhos com comunidades de pessoas com deficiência.

O esforço institucional

Nas instituições culturais, a atenção à acessibilidade garante a pessoas com deficiência o direito à arte e à cultura. Nesses espaços, ainda mais claramente, a ausência de comprometimento com a inclusão significa privar uma parcela da população de experiências fundamentais à existência humana.

Nesse contexto, a rotatividade das equipes foi um fator bastante discutido em nossas rodas de conversa. A experiência compartilhada aponta a necessidade de a acessibilidade ser um valor consolidado na instituição, independentemente das mudanças de gestores.

Além disso, é necessária a desconstrução de conceitos e de ambientes para eliminar barreiras e garantir acesso a todos, tendo por princípio ético que os espaços culturais são para todas as pessoas.

Na opinião de Livia Motta, audiodescritora e coordenadora da empresa Ver com Palavras, é preciso

“permitir que o espectador possa compreender, refletir, ser tocado pela poética e ter uma participação responsiva na atribuição de sentidos, na interação com a obra”.

No Instituto Tomie Ohtake, os esforços para atrair o público com deficiência cresceram paralelamente aos esforços de inclusão social. ***“Em uma das ações, desenvolvemos para crianças cegas uma bolsa de atividades com materiais simples de papelaria. A utilização da bolsa se expandiu, passando a ser usada por outras crianças e também por adultos”***, conta Claudio Rubino, gestor de acessibilidade cultural e um dos idealizadores do Programa de Acessibilidade do instituto; ele foi também a primeira contratação de uma pessoa com deficiência da casa.

Pensar espaços para todos, e não para alguns, passou então a ser a regra. O alinhamento com a meta de inclusão social levou o instituto a reunir no mesmo curso de marcenaria jovens surdos e jovens em medidas socioeducativas, por exemplo.

“Muitos projetos combinam as ações do programa de acessibilidade com outros públicos. A maior parte das ações acontece fora do instituto, mas buscamos fazer com que esses corpos estejam

presentes nesse espaço que é, de certa forma, elitista, em Pinheiros, zona nobre de São Paulo. Consideramos importante criar esses fluxos de acesso, e não apenas manter as atividades periféricas”, observa.

Giovana Bianchi, coordenadora de comunicação do Gife, aponta que o esforço institucional deve ter em vista uma transformação sólida que envolva não só a equipe interna, mas também os fornecedores com os quais cada organização se relaciona. **“Nós fizemos um raio X das nossas produções, site, redes sociais e eventos para entender o que já havíamos implementado em termos de acessibilidade e o que precisava ser aprimorado. Com isso, repensamos as nossas práticas internas. Outro caminho que seguimos foi conversar com os fornecedores com os quais trabalhamos, para que eles também tenham esse olhar para a elaboração de materiais acessíveis. Com esses ajustes, nos esforçamos para que a acessibilidade seja cada vez mais uma premissa inquestionável”,** conta.

Vale ressaltar que é de fundamental importância que todas as pessoas possam frequentar os mesmos espaços. Partindo dessa premissa, é possível avançar e assegurar ações inclusivas. Na prática, pensar e

garantir a acessibilidade traz benefícios para todos os públicos – com e sem deficiência. Ambientes e informações acessíveis também beneficiam idosos, crianças e pessoas com dificuldades temporárias de locomoção. Rampas, por exemplo, beneficiam cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas empurrando um carrinho de bebê; já a audiodescrição beneficia cegos, pessoas com baixa visão, pessoas com outras deficiências e idosos. Ou seja, todos ganham.

Claudio Rubino destaca que a comunicação acessível tem sido outra ferramenta fundamental para a conquista desse público. **“A comunicação não é a mesma de cinco ou dez anos atrás. Hoje, a maior parte do público chega via anúncios de Instagram ou Facebook”**, diz.

Para garantir que essa comunicação seja contínua, os projetos preveem verba de divulgação patrocinada em redes sociais, além de transporte e lanche para grupos. **“Também estamos experienciando parcerias. Muitas vezes um parceiro que trabalha com esse público não tem o espaço físico, e o nosso espaço é potente. Então acolhemos no espaço projetos de parceiros, gerando novos fluxos, como de idosos com Alzheimer trazidos**

por uma especialista que já trabalha com eles”, menciona Claudio.

Lizette Negreiros, atriz e curadora de teatro infantil e jovem do Centro Cultural São Paulo (CCSP), aponta a frequente vulnerabilidade dos projetos de acessibilidade diante das mudanças de gestão nas instituições de arte.

É no CCSP que funciona, desde 1986, a Biblioteca Louis Braille, especializada no atendimento de pessoas com deficiência visual e que conta com o Espaço Monteiro Lobato, voltado para o público infantojuvenil.

Mesmo na Biblioteca Louis Braille, espaço concebido para ser acessível, a falta de proximidade com a real necessidade do público já levou a escolhas que posteriormente se revelaram inadequadas.

“É fundamental reconhecer que, no recorte das pessoas com deficiência, é impossível escolher o que é melhor para elas sem elas”, destaca a bibliotecária Michelle Galvão, do CCSP.

Outro ponto fundamental é perceber que a acessibilidade nunca está “acabada” e que há sempre novos desafios: das contratações às novas

tecnologias, tudo precisa ser levado em consideração. Nesse sentido, a criação de um comitê da diversidade, estratégia adotada pela Fundação Tide Setubal, pode ser eficaz, por possibilitar o debate contínuo e a reflexão constante sobre esse tema.

A relevância da área de recursos humanos

Ao longo dos nossos encontros de escuta, um aspecto ainda pouco explorado nos debates sobre inclusão se revelou fundamental para a construção de uma cultura da acessibilidade nas instituições e nas organizações: a relevância e o papel central da atuação dos recursos humanos. Afinal, se a construção mais desafiadora é a de uma mudança de atitude, são justamente as pessoas que irão conduzi-la.

O RH é peça estrutural na construção da identidade institucional e contribui diretamente para a disseminação da sensibilização em relação aos direitos das pessoas com deficiência e para as boas práticas de inclusão. ***“O investimento no RH das instituições culturais é muito importante. Se não há, perde-se a oportunidade de entender o tipo de instituição em que estamos trabalhando. É o RH que percebe se estamos ou não capacitados***

e qual é o olhar das pessoas da empresa sobre determinadas temáticas”, esclarece Paulo Silva, da equipe de recursos humanos do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp).

Segundo ele, o RH pode reforçar a valorização dos profissionais com deficiência, que, por sua vez, colaboram mais diretamente para uma orientação cotidiana para a acessibilidade, além de ser o departamento encarregado de capacitar os colaboradores para que atuem de modo mais eficaz em relação ao objetivo de eliminar barreiras. **“O RH não só pode como deve ajudar nessas questões. Não é a pessoa responsável pela acessibilidade ou a pessoa de mediação que vai lidar sozinha, é papel de todos nós. Cada vez que entrar um segurança novo, ele precisa entender toda essa cultura, e isso é o RH que organiza”,** diz Paulo Silva.

Para Valéria Toloí, gerente de educação e relacionamento do Itaú Cultural, a capacitação das equipes internas também é um fator estruturante na construção de uma cultura da acessibilidade, além de gerar novas oportunidades de carreira. **“É muito importante olhar para nossas próprias equipes e capacitá-las, porque isso vira uma nova chance de trabalho em suas vidas. A gente pode ter**

intérpretes de Libras entre aqueles colaboradores que são superinteressados nisso. Consultorias externas são muito importantes, mas é igualmente importante aprender a fazer sozinho", pontua.

O estudante de jornalismo Raphael Preto Pereira revela que só teve a chance de aprender sobre comunicação acessível durante suas atividades no estágio ou em diálogos que aconteceram fora da educação formal que recebeu. ***"Não tive nenhuma formação específica para isso. Um caminho pode ser trabalhar essa questão com os estudantes de comunicação social"***, pontua Raphael.

Na prática, a convivência cotidiana com pessoas com deficiência integradas às equipes é a ferramenta que melhor possibilita uma convivência inclusiva, gerando uma nova perspectiva ao proporcionar o exercício, no dia a dia, do convívio em equidade e o contato real com a necessidade do outro.

"Faz toda a diferença a empregabilidade. Temos educadores surdos e cegos e pessoas com síndrome de Down que trabalham na recepção. O público de saúde mental também é integrado na equipe, e muitas das pessoas do nosso programa Igual-Diferente são do Centro de Atenção

Psicossocial (Caps), de instituições psiquiátricas”, comenta Daina Leyton, que coordenou o educativo do MAM.

É dessa perspectiva de proximidade, marcada pela desconstrução diária de quaisquer ideias de impedimento, que se inicia uma atuação mais efetiva na eliminação das barreiras de acesso.

4

checklist
de boas
práticas



Esta seção reúne sugestões de boas práticas que podem ser adotadas em organizações e instituições a fim de respeitar o direito à acessibilidade. As ideias aqui apresentadas foram reunidas durante atividades coletivas realizadas nos encontros de escuta que serviram de base para esta publicação.

Nessas atividades, buscamos refletir coletivamente sobre de que maneira podemos tornar mais acessíveis a comunicação, uma publicação em seus formatos impresso e digital, as redes sociais, uma exposição e uma apresentação artística ou palestra.

Nas conversas, dois pontos essenciais foram considerados: a importância do protagonismo das pessoas com deficiência e a garantia de que elas façam parte das equipes culturais e de comunicação e eventos.

As reflexões nos conduziram, sobretudo, a sugestões voltadas para o fortalecimento de uma cultura da acessibilidade, tendo como principal elemento a transformação atitudinal. Portanto, o foco não são apenas recomendações técnicas ou instruções de uso de tecnologias ou de equipamentos específicos, partindo do princípio de que cada organização e cada instituição reforçará sua cultura experimentando diferentes realidades institucionais e orçamentárias.

As ideias aqui reunidas demonstram que há um conjunto de boas práticas compartilhado em todos os aspectos abordados nos encontros de escuta. Esse conjunto pode ser o ponto de partida para o compromisso cotidiano com a eliminação das barreiras de acesso.

Como tornar mais acessíveis...



... as redes sociais

- ❑ Faça descrição de imagem em todas as postagens. A descrição permite que quem utiliza leitores de tela tenha acesso a ilustrações, gráficos, mapas ou *gifs*.
- ❑ Leve em conta contraste de cores e tipografia para uma boa legibilidade das peças de comunicação.

- ❑ Ao publicar vídeos, garanta que eles estejam com recursos de acessibilidade (audiodescrição, Libras e legenda).
- ❑ Ao usar *hashtags*, coloque em maiúscula a primeira letra de cada palavra: use #EventoAcessívelOnline em vez de #eventoacessívelonline.
- ❑ Comunique em linguagem simples. O objetivo é que todas as pessoas compreendam a informação na primeira leitura.
- ❑ Teste possibilidades e experimente diferentes formatos e suportes para dialogar com públicos diversos.

... publicações *on-line*

- ❑ Crie uma diagramação fluida, com uma ordem de leitura que faça sentido e seja intuitiva.
- ❑ Pense o projeto gráfico em páginas individuais, sem diagramação em página dupla, para o conteúdo não ser prejudicado pela quebra das laudas.

- ❑ Defina os estilos de caracteres no programa de diagramação (*heading tags*).
- ❑ Defina marcadores de texto formatados (*bookmarks*).
- ❑ Inclua as descrições das imagens no campo de texto alternativo oferecido pelo programa de edição.
- ❑ Preencha os metadados do arquivo e configure o idioma do documento.
- ❑ Em caso de PDFs, defina a ordem de leitura de tela no programa Adobe Acrobat.
- ❑ Teste o documento com você mesmo e com um consultor com deficiência.



... materiais impressos

- ❑ Crie uma diagramação fluida, com uma ordem de leitura que faça sentido e seja intuitiva.
- ❑ Pense o projeto gráfico em páginas individuais, sem diagramação em página dupla, para o conteúdo não ser prejudicado pela quebra das laudas.
- ❑ Avalie se o tipo de papel e formato/tamanho são os mais adequados, para não prejudicar a leitura.
- ❑ Produza edições em audiolivro e outros formatos acessíveis, como PDF e *e-book*.
- ❑ Considere espaço para um QR Code que direcione para outros formatos (se possível, com uso de braile). É importante que o QR Code venha acompanhado também do *link* para acesso ao material.



... exposições

- ❑ Garanta acessibilidade arquitetônica e no mobiliário: banheiro acessível, bebedouros baixos, rampas, elevadores, piso tátil, piso não escorregadio, bancos para descanso no espaço expositivo e locais reservados para cadeira de rodas em salas de espetáculos.
- ❑ Garanta que o evento seja realizado em local próximo ao transporte público e que o edifício tenha estacionamento para carros e bicicletas.
- ❑ Inclua obras de artistas com deficiência e textos de autores com deficiência.

- ❑ Tenha equipes capacitadas a receber o público com deficiência, adotando uma postura de acolhimento.
- ❑ Opte por textos em linguagem simples.
- ❑ Nas paredes, use textos mais curtos.
- ❑ Use fonte maior nas legendas das obras e garanta que elas estejam à altura de cadeirantes, crianças e pessoas com baixa estatura.
- ❑ Exponha obras táteis.
- ❑ Inclua legendas, audiodescrição e interpretação em Libras no conteúdo audiovisual.
- ❑ Crie um plano de divulgação dedicado ao público com deficiência.
- ❑ Ofereça gratuidade no acesso de pessoas com deficiência.
- ❑ Use QR Codes para acesso a informações adicionais que levem para outros formatos acessíveis.



... apresentações ou palestras presenciais

- ❑ Garanta acessibilidade arquitetônica e no mobiliário: banheiro acessível, bebedouros baixos, rampas, elevadores, piso tátil, piso não escorregadio, bancos para descanso no espaço expositivo e locais reservados para cadeira de rodas em salas de espetáculos.
- ❑ Garanta que o evento seja realizado em local próximo ao transporte público e que o edifício tenha estacionamento para carros e bicicletas.
- ❑ Faça convites a artistas e palestrantes com deficiência também para falarem sobre temas que não sejam a deficiência.

- ❑ Tenha equipes capacitadas a receber o público com deficiência, adotando uma postura de acolhimento.
- ❑ Garanta recursos de acessibilidade, como Libras, audiodescrição, estenotipia (legenda em tempo real) e tradução simultânea (se houver necessidade).
- ❑ Nos cumprimentos, fale rapidamente fora do microfone para que pessoas cegas ou com baixa visão tenham a referência espacial de onde você está. Depois, no microfone, explique que essa é uma medida de acessibilidade.
- ❑ Lembre-se de garantir que os conteúdos apresentados sejam acessíveis, tais como materiais impressos e produções audiovisuais.
- ❑ Certifique-se de que serão ofertados recursos de acessibilidade independentemente do formato de sua apresentação, como em atividades com oficinas e interação com a plateia.
- ❑ Crie um plano de divulgação dedicado ao público com deficiência.

5

conclusão



Esta publicação foi escrita por muitas pessoas durante o ano de 2020. Para a sua elaboração, as equipes do Instituto Alana e do Itaú Cultural conversaram com cerca de 40 pessoas, com e sem deficiência, de diferentes áreas de atuação, entre professores, jornalistas, artistas, profissionais que atuam com consultoria em acessibilidade, coordenadores de organizações do terceiro setor e de instituições culturais.

O propósito era conhecer diferentes trajetórias, experiências e vivências e, a partir disso, traçar caminhos e dividir conhecimento como forma de contribuir para que o direito à acessibilidade, tal como definido na Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, possa ser um compromisso assumido e defendido pelas organizações do país.

Entendendo que a acessibilidade é um direito e também nossa posição ética assumida institucionalmente, buscamos compartilhar os desafios comuns, e com eles construir possibilidades e apresentar cenários possíveis para que a acessibilidade seja garantida em toda e qualquer iniciativa, independentemente da estrutura de que cada organização dispõe.

Tornou-se consenso que é imperioso iniciar essas mudanças assumindo novas perspectivas sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminação. Acreditar que basta eliminar barreiras arquitetônicas para “cumprir” seu dever com a acessibilidade é um entendimento insuficiente, para não dizer errado.

Como vimos ao longo deste material, ofertar serviços e recursos de acessibilidade envolve uma transformação muito mais ampla, que abarca desde mudanças atitudinais até adequações e ajustes no fazer cotidiano, capacitação das equipes e formação de novas parcerias.

A vida de todas as pessoas fica melhor e mais fácil com a efetivação do direito à acessibilidade. É bom para as pessoas com deficiência, que têm seus direitos à cultura, à informação, à comunicação, à convivência comunitária e ao respeito garantidos, e bom para as pessoas sem deficiência, que se beneficiam da diversidade de possibilidades ofertadas.

Acessibilidade é, sobretudo, garantir que todo mundo colha os frutos de viver em uma sociedade sem divisões, plural, diversa e mais receptiva às diferenças.

Trouxemos aqui, por exemplo, como as rampas de acesso podem beneficiar não só cadeirantes, mas também pessoas empurrando carrinhos de bebê e idosos com mobilidade reduzida. Do mesmo modo, uma exposição que se preocupa em garantir nas paredes textos e legendas em fonte maior e à altura de cadeirantes estará beneficiando, na mesma proporção, pessoas com baixa visão, pessoas com nanismo e crianças. E, ainda, uma palestra de uma organização social ou uma apresentação artística que traga a participação e o protagonismo de pessoas com deficiência serão certamente melhores ao apresentar ao seu público diferentes horizontes e novas perspectivas.

Também é importante lembrar que não há, necessariamente, "o" modo correto de fazer acessibilidade. Por mais relevantes que sejam as cartilhas e as recomendações, muitos dos aprendizados surgem da troca e do convívio entre pessoas com e sem deficiência, e da experiência adquirida no cotidiano.

Por isso, esta publicação é um convite para que as boas práticas de acessibilidade sejam não somente adotadas, mas também perpetuadas. Afinal, garantir acessibilidade é um compromisso com a constância.

É entender que no percurso haverá erros, mas que será preciso buscar os melhores caminhos para entendê-los e superá-los. Trata-se, enfim, de compreender que acessibilidade não é favor. É direito. E direitos são inegociáveis.

Esperamos que você tenha apreciado as reflexões aqui apresentadas e se sinta inspirado a trilhar esse caminho conosco.

Seguimos juntos!

6

agradecimientos



O Instituto Alana e o Itaú Cultural agradecem a cada um dos parceiros que estiveram presentes nos encontros presenciais e virtuais que proporcionaram a escrita de **Somos Plurais**, sem os quais esta publicação não seria possível.

Ademilson Conceição da Costa

(Fundação Dorina Nowill)

Adriana Godoy (Autismo Projeto Integrar)

Alan Albuquerque R. Correia (Itaú Social)

Alexandra Rocha (Museus Literários)

Bruno Rocha (Fundação Dorina Nowill)

Claudio Rubino (Instituto Tomie Ohtake)

Daina Leyton (MAM/SP)

Edgar Jacques

Eric Xavier da Silva (Masp)

Fabio Souza (Unibes Cultural)

Fernanda Nobre (Tide Setubal)

Giovana Bianchi (Gife)

Hiroshi Saito (Japan House)

Janis Clémen (Instituto Moreira Salles)

Joana Reiss Fernandes (Instituto Moreira Salles)

Julia Cavazzini (Masp)

Lara Souto

Laura Gonçalves da Cruz (Unibes Cultural)

Livia Mota (Ver com Palavras)

Lizette Negreiros (Centro Cultural São Paulo)

Márcio Holossi

Margarete de Oliveira (Pinacoteca)

Michelle Galvão (Centro Cultural São Paulo)

Paulo Silva (Masp)

Pedro Prata (Escola de Gente)

Raphael Preto Pereira

Reinaldo Ferraz (Nic.br)

Rodrigo Mendes (Instituto Rodrigo Mendes)

Simone Freire (Web para Todos)

Vagner Diniz (Nic.br)

Vanessa Oliveira dos Santos (Sesc Paulista)

Vitoria Arguejo (Instituto Rodrigo Mendes)

Viviane Sarraf (Museus Acessíveis)

Zilah Florence (Centro Cultural São Paulo)

Instituto Alana

 alana.org.br

 facebook.com/institutoalana

 twitter.com/InstitutoAlana

 youtube.com/user/VideoAlana

 instagram.com/institutoalana

Itaú Cultural

 itaucultural.org.br

 facebook.com/itaucultural

 twitter.com/itaucultural

 youtube.com/itaucultural

 instagram.com/itaucultural

 linkedin.com/company/itaucultural

 open.spotify.com/user/itaucultural

Memória e Pesquisa | Itaú Cultural

Somos Plurais: um convite a práticas cotidianas de inclusão em instituições culturais e organizações do terceiro setor / organização Itaú Cultural e Instituto Alana. - São Paulo : Itaú Cultural, 2021.

21 Mb ; PDF

ISBN **978-65-88878-16-3**

1. Acessibilidade. **2.** Inclusão social. **3.** Espaços culturais. **4.** Terceiro setor.

I. Instituto Itaú Cultural. **II.** Instituto Alana. **III.** Título.

CDD **362.40472**

Bibliotecário Jonathan de Brito Faria - CRB-8/8697

família tipográfica **Museo Sans**
impressão **PDF digital**

alana 

 ItaúCultural